



ACÓRDÃO Nº281/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11391/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Borba
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Comissão de Inspeção - Dicami, Jose Pedro Freitas Graca (Ordenador de Despesa) e Sepleno
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 611/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior. Câmara Municipal de Borba. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Jose Pedro Freitas Graça, responsável pela Câmara Municipal de Borba, no curso do exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 9.2. **Recomendar** à Câmara Municipal de Borba que:
 - a) Tome todas as providências cabíveis junto ao Poder Executivo Local para obter, tempestivamente, as informações necessárias quanto à Receita Corrente Líquida - RCL, para a devida elaboração do Relatório de Gestão Fiscal-RGP;
 - b) Mantenha atualizados os Atos de Pessoal (atualmente inserido no sistema SPEDE), bem como envie a tempo e modo os dados necessários para apreciação da legalidade dos atos de pessoal por esta Corte de Contas, conforme dispõem as normas regimentais;
 - c) Mantenha a constante atualização do Portal da Transparência, instrumento fundamental para o controle social, em obediência à Lei



ACÓRDÃO Nº281/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

9.3. Determinar a Comissão de Inspeção – Dicami, que:

- a) Verifique se a Câmara Municipal concluiu o inventário dos bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, nos termos dos arts. 94, 95 e 96 da Lei nº 4320/64;
- b) Verifique o cumprimento das recomendações descritas acima.

9.4. Determinar à Sepleno que adote as providências previstas no art. 162, § 1º, da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Março de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral